

PLATAFORMA DE DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DO CONFLITO EM CABO DELGADO

Moçambique deve garantir que forças do Ruanda e da SADC respeitem Direito Internacional Humanitário em Cabo Delgado



As missões militares do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento SADC presentes em Cabo Delgado são importantes para o restabelecimento da segurança, condição essencial para o retorno de centenas de milhares de pessoas às suas zonas de origem. Ainda assim, a presença de missões

militares estrangeiras representa também um grande desafio para os direitos humanos, concretamente o respeito pelas normas do Direito Internacional Humanitário. E porque a solução militar deve ser complementada com outras iniciativas, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) organizou, na quinta-feira, um webi-

nar com o tema “Examinando as alternativas de solução do conflito em Cabo Delgado e discutindo perspectivas de diálogo”. O debate enquadra-se no âmbito da “Plataforma de diálogo para a resolução do conflito em Cabo Delgado”.

Falando na abertura do *webinar*, o Governador da Província de Cabo, Valige

Tauabo, defendeu que a plataforma de diálogo para a resolução do conflito permite colher experiências e lições complementares aos esforços militares na busca de paz e bem-estar da população vítima do extremismo violento. O governante disse que Cabo Delgado tem estado a registar uma relativa calma nas zonas afectadas pelo extremismo violento graças à intervenção militar das forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC.

Com o restabelecimento gradual de segurança, algumas famílias que vivem nos campos de deslocados e/ou centros de acolhimento começam a regressar às zonas de origem para retomar as suas vidas interrompidas pelo extremismo violento. Segundo o Governador de Cabo Delgado, esta situação tem exigido das autoridades locais e centrais maior intervenção no diálogo com as populações no sentido de aguardarem pelo melhor momento para regressarem às suas zonas de origem. Isto é, depois da criação de condições socioeconómicas razoáveis para a retoma da vida normal e da existência de garantias reais de segurança. Na verdade, apesar do avanço da ofensiva militar das forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC, o extremismo violento continua sendo uma ameaça, o que impede o retorno das populações em condições de segurança.

O Governador de Cabo Delgado explicou que à medida que avançam e conquistam territórios antes ocupados pelos extremistas violentos, as forças conjuntas têm estado a resgatar famílias encurraladas, a localizar pessoas dadas como desaparecidas, a proteger centros de acolhimento de deslocados e a prestar assistência médica, psicológica e humanitária às vítimas do extremismo violento. Valige Tauabo destacou a importância do respeito pelo Direito Internacional Humanitário e fez saber que desde o início das operações militares ainda não foram reportados incidentes de violação de direitos humanos pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC. “

Falando em representação do Ministério da Defesa Nacional, o Coronel Omar Saranga, começou por lembrar que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) têm como função genérica assegurar a defesa nacional contra quaisquer ameaças e agressões externas. E destacou que as missões militares da SADC e do Ruanda que apoiam as FADM têm como objectivo central promover a paz, segurança e tranquilidade nas zonas afectadas pelo extremismo violento. Além de operações militares, o Ministério da Defe-



VALIGE TAUABO

Governador da Província de Cabo Delgado



CORONEL OMAR SARANGA

Director Nacional da Política de Defesa

As forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e da SADC têm na sua componente de actuação o dever e a obrigatoriedade de proteger e defender a população nas zonas de operações, com fundamento no Direito Internacional Humanitário. As Forças Armadas de Defesa de Moçambique, como força do País anfitrião, assumem o papel de coordenação de todas as actividades relativas à normalização da segurança e do respeito pelo Direito Internacional Humanitário

sa Nacional está interessado em desenvolver e fortalecer relações instituições mais pragmáticas entre as Forças Armadas e a sociedade, com foco nas organizações da sociedade civil.

Além da componente militar, o Coronel Omar Saranga disse que o Ministério da Defesa Nacional advoga também o diálogo com todas as partes relevantes como instrumento essencial de resolução do conflito em Cabo Delgado. E para afastar receios de violação de direitos humanos no âmbito da intervenção militar em Cabo Delgado, o Director Nacional da Política de Defesa disse que as forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e da SADC têm na sua componente de actuação o dever e a obrigatoriedade de proteger e defender a população nas zonas de operações, com fundamento no Direito Internacional Humanitário. As Forças Armadas de Defesa de Moçambique, como força do País anfitrião, assumem o papel de coordenação de todas as actividades relativas à normalização da segurança e do respeito pelo Direito Internacional Humanitário.

O Coronel Omar Saranga fez notar que o extremismo violento atrasou o desenvolvimento de Cabo Delgado e prejudicou e continua a prejudicar o exercício dos direitos fundamentais por parte da população afectada, como o direito à vida e à propriedade. Por isso, defendeu que é expectativa do Ministério da Defesa Nacional que a iniciativa do CDD de promoção do diálogo na resolução do conflito ajude a erradicar o extremismo violento em Cabo Delgado.

Presença militar estrangeira encerra desafios para os direitos humanos

Por sua vez, Luís Bitone, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), disse que a instituição que dirige sempre defendeu a necessidade de solidariedade internacional para fazer face ao extremismo violento em Cabo Delgado. Tal solidariedade teria duas componentes: uma de natureza militar e outra de natureza humanitária. A componente militar consistiria na elevação da capacidade humana, técnica, material e financeira das Forças Armadas moçambicanas para enfrentarem o extremismo violento. Já a componente humanitária consistiria no apoio e assistência das vítimas directas e indirectas do conflito, com destaque para os deslocados e as famílias refugiadas fora do País. O Presidente da CNDH fez saber que, apesar dos esforços do Governo, das agências humanitárias e de organizações não-governamentais, a situação humanitária em Cabo Delgado continua “desafiante” e demanda uma solidariedade internacional.

Nas várias acções de monitoria em Cabo Delgado, a CNDH constatou haver fraca capacidade nacional para fazer face ao conflito e às suas consequências socioeconómicas, por isso sempre defendeu a necessidade de haver uma solidariedade internacional. E a intervenção militar estrangeira torna-se mais importante ainda pois, além de ajudar no restabelecimento da segurança, aumenta a capacidade interventiva das Forças Armadas nacionais na prevenção de futuras situações de violações de direitos humanos.

“A CNDH é favorável à presença militar em Cabo Delgado. Estamos convictos de que a intervenção pode trazer várias vantagens, como o aumento de capacidades humana, técnica, material e financeira das nossas forças, bem como a troca de experiências sobre a prevenção e combate de conflitos”, disse, acrescentando que durante as primeiras semanas de intervenção



LUÍS BITONE

Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

“A CNDH é favorável à presença militar em Cabo Delgado. Estamos convictos de que a intervenção pode trazer várias vantagens, como o aumento de capacidades humana, técnica, material e financeira das nossas forças, bem como a troca de experiências sobre a prevenção e combate de conflitos”

militar conjunta foi possível a recuperação de algumas zonas que estavam ocupadas pelos extremistas violentos.

Apesar destas e outras vantagens, a presença militar estrangeira em Cabo Delgado encerra vários desafios para os direitos humanos. Desde logo estão as dificuldades de comunicação entre as forças estrangeiras e as comunidades locais devido ao factor língua; o fraco domínio das culturas, tradições e práticas locais pode dificultar a rápida inserção das forças estrangeiras bem como a identificação do inimigo infiltrado; o fraco domínio da geografia demográfica pode constituir um risco no momento operativo.

Luís Bitone aponta ainda como desafio a vulnerabilidade da mulher nas comunidades afectadas pelo conflito, lembrando que a experiência de outros quadrantes onde houve intervenção militar estrangeira por um longo período revela casos de assédio e violação sexual de mulheres, sobretudo de adolescentes. A CNDH destaca ainda a fraca protecção de bens e propriedades das famílias deslocadas nas suas zonas de origem, “situação que pode piorar com a presença de forças estrangeiras”.

Como recomendações, o Presidente da CNDH defende a integração de membros das Forças Armadas moçambicanas nas missões das forças estrangeiras para facilitar a comunicação com as comunidades locais; a identificação, nas comunidades locais, de pessoas de contacto e ligação com as forças estrangeiras; criação de uma plataforma de apresentação de reclamações, queixas e denúncias sobre a actuação das forças estrangeiras; criação de um código de conduta das forças estrangeiras no seu relacionamento com as comunidades, sobretudo com crianças, mulheres e raparigas; e existência de uma avaliação periódica da contribuição da força estrangeira no conflito.

Sem diálogo é difícil ter uma resolução sustentável do conflito

Richard Rands, especialista de segurança da Acumen/CDD, defendeu que é perigoso comemorar vitórias militares rápidas sem uma abordagem holística de resolução do conflito. “Sem diálogo e negociações é difícil ter uma resolução sustentável do conflito. O foco das iniciativas de desenvolvimento não deve ser apenas Cabo Delgado, é importante compreender que

o recrutamento também tem ocorrido em Nampula”, disse Richard Rands, defendendo que é obrigação de Moçambique garantir que as forças do Ruanda e da SADC respeitem as normas do Direito Internacional Humanitário em Cabo Delgado.

Martin Ewi, do Institute of Security Studies (ISS), defendeu que as missões de paz não devem ser descartadas na resolu-

ção do conflito, mas elas devem ser implementadas parte de uma estratégia mais abrangente. Ainda assim, fez saber que muitas missões de manutenção da paz em África hoje não estão preparadas para operações contra insurgência. Por sua vez, Dino Mahtani, Director adjunto do Africa Program International Crisis Group (ICG), não tem dúvidas de que o diálogo é fun-

damental em qualquer iniciativa de resolução de conflito.

Júlia Wachave, Directora executiva da Associação de Protecção da Mulher e Rapariga de Cabo Delgado (PROMURA), defendeu o empoderamento das mulheres para garantir a sua sustentabilidade económica, reduzindo assim a sua vulnerabilidade. “Muitas mulheres e raparigas não têm formação, não têm acesso à informação, não têm acesso aos espaços de diálogo, por isso elas sentem-se excluídas”. A Directora executiva da PROMURA lamentou a inexistência de mecanismos claros para o engajamento das mulheres deslocadas no diálogo para a resolução do conflito. Defende que as intervenções humanitárias devem ter em conta os direitos humanos das mulheres e raparigas, por tratar-se de um dos grupos mais afectados pelo extremismo violento em Cabo Delgado.



RICHARD RANDS
Acumen/CDD



MARTIN EWI
Institute of Security Studies (ISS)

“Sem diálogo e negociações é difícil ter uma resolução sustentável do conflito. O foco das iniciativas de desenvolvimento não deve ser apenas Cabo Delgado, é importante compreender que o recrutamento também tem ocorrido em Nampula”



DINO MAHTANI
Africa Program International Crisis Group (ICG)



JÚLIA WACHAVE
PROMURA



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

